



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES  
CNPJ Nº 83.102.855/0001-50

**ATA DE JULGAMENTO DE RECURSO REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2015 FMS**

Aos 18 dias de março de 2015, às 10:00 horas, reuniu-se o Pregoeiro e a Equipe de Apoio, designados pela Portaria número 71 de 29/01/2015, com intuito de analisar e julgar o recurso e a impugnação ao recurso do Pregão Presencial nº 04/2015 FMS, cujo **OBJETO: REGISTRO DE PREÇO VISANDO AQUISIÇÃO DE MATERIAIS AMBULATORIAIS PARA ATENDER A DEMANDA DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE E CENTROS DE REFERENCIAS DO MUNICÍPIO PARA ATENDIMENTO A POPULAÇÃO, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NAVEGANTES/SC. ITENS FRACASSADOS NO PP 35/2014.**

**PRELIMINARMENTE**

O Pregoeiro e a Equipe de Apoio, ao receber o recurso, verificou que foi protocolado tempestivamente e na forma prevista em lei, decidindo, portanto, recebê-lo, passando a analisá-lo, com fulcro nos fatos e fundamentos a seguir descritos.

---RECURSO Protocolado pela empresa **OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA – CNPJ 03.033.589/0001-12** em 11/03/2015.

**Do Recurso:**

Em síntese, manifesta-se a empresa **OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA** arguindo:

1 – O Recorrente requer a avaliação de seu recurso e posterior habilitação, menciona que ocorreu prejuízo para o Município, devido a possível rigor formal exacerbado pois na sessão o mesmo foi inabilitado por falta da apresentação de Autorização de Funcionamento dos fabricantes.

**DA DECISÃO:**

Diante do exposto, o Pregoeiro e a Equipe de Apoio decide pela **IMPROCEDÊNCIA** do recurso conforme segue:

1 – O recurso foi indeferido, ao deixar de apresentar a AFE ( Autorização de Funcionamento ) do fabricante, o licitante não está comprovando que aquele produto fabricado/ofertado possui a autorização do órgão da vigilância sanitária (ANVISA) o que nesta licitação é de suma importância por se tratar de materiais ambulatoriais utilizados pelos profissionais da saúde.

Outro ponto importante a frisar é que a licitação atendeu a todos os princípios licitatórios, inclusive o da Publicidade sendo agendado com antecedência de 08 dias uteis, sendo dada ampla divulgação, neste período o licitante interessado em participar teve o tempo necessário para impugnar o edital, o que não aconteceu por parte do recorrente, corroborando desta forma que aceitava as cláusulas do edital inclusive a que exigia a AFE do fabricante.



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES  
CNPJ Nº 83.102.855/0001-50**

**8. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL, DOS RECURSOS E PENALIDADES.**

8.1 Até 05 (cinco) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa física ou jurídica poderá impugnar o ato convocatório do presente Pregão, aplicando-se neles subsidiariamente as disposições contidas na Lei 8.666/93.

8.1.1 Em se tratando de licitante, o prazo para impugnação é de até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas.

**- Publique-se**

É a decisão.

Navegantes, 18 de março de 2015.

**DOUGLAS LEMOS**  
Pregoeiro

**MARIA BENEDITA CORRÊA**  
Pregoeira substituta

Equipe de apoio:

**PEDRO PAULO DA COSTA**

**CARLA CLAUDINO**

**JOSEZITE DOS SANTOS**

**FRANCIELE JUSTINO**

Ratificando:

**BENILDE PERÃO**  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO